

ROMA E OS INDÍGENAS: A SUBMISSÃO PELO PRIVILÉGIO

por

José d'Encarnação¹

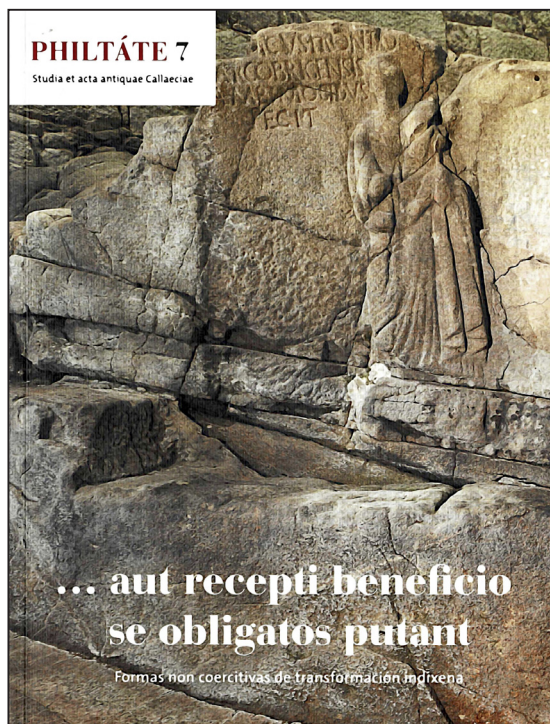


Fig. 1. Capa do livro em revisão

Há um adjectivo grego que, na sua simplicidade, veicula mensagem plena de significado e simbolismo: φίλατος. Carrega consigo a ideia de “caríssimo”. Usado no neutro, envolverá o conceito de “coisas que nos são muito queridas”.

Certamente foi esse o intuito de María Dolores Dopico Caínzos e Manuel Villanueva Acuña, promotores, há dez anos, da colecção PHILTÁTE, de subtítulo “Studia et acta antiquae Callaeciae”, ‘Estudos e actos da Galécia Antiga’.

¹ Professor catedrático aposentado. Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património.

Muito queridas lhes eram as origens da sua Galécia, penhor de uma identidade a preservar e nobilitar. Certo foi que esse empenho acarretou o de outros e, a propósito do que fora — e como fora — o contacto entre as comunidades indígenas e os potentes e insaciáveis tentáculos do Império Romano, foi possível, mercê de uma notável e amistosa colaboração de investigadores das mais diversas instituições, não apenas peninsulares, termos, hoje, uma percepção bastante nítida dos sábios recursos a que o poder central romano mui engenhosamente soube lançar mão para obter os seus intentos.

Dispomos de sete volumes, regularmente publicados com grande qualidade gráfica e científica, desta série é *opus* de muito louvar, mormente por essas suas características únicas (regularidade e qualidade), adjetivo que não tenho receio de vir a ser contestado, porque corresponde à verdade.

Por conseguinte, perante a edição do volume 7, datado de 2025, a primeira palavra tem de ser do maior aplauso aos dois diretores científicos da colecção e ao Serviço de Publicações da Deputación de Lugo, por ter aceitado levar a cabo esta iniciativa de excelência.

Tem o volume como ponto de partida uma frase colhida nas *Catilinárias* de Cícero (4.22) acerca da forma como devem ser tratados os inimigos. A primeira parte da frase (*aut oppressi serviunt*, ‘ou bem que nos hão-de servir oprimidos’) serviu de mote para o volume 6, em que se preferiu falar das formas coercitivas da intervenção romana em relação às comunidades indígenas. Neste optou-se pela disjuntiva *aut recepti beneficio se obligatos putant*, ‘ou, recebido o benefício, as suas obrigações assumam’. Ou seja, como se explicita no subtítulo do volume, aqui vai tratar-se das “formas não coercivas de transformação indígena”.

E ser ‘não-coercivo’ equivale (equivalia e continua a equivaler, em todos os tempos) a uma outra expressão, quicá mais dura, mas, no fundo, deveras equivalente: a “repressão pelo privilégio”, estratégia, aliás, bem conhecido de todas as teorias políticas ao longo dos tempos: privilegio-te para melhor te dominar! Neste caso dos indígenas, os benefícios para obter *amicos utiles* (para se usar a expressão de César, no seu livro *De Bello Gallico*, ‘Sobre a Guerra das Gálias’, 4.7.4, aduzida pelos editores na Apresentação), poderiam ser «a imunidade fiscal, o aumento do território, a autonomia jurídica, o respeito pelos seus *iura* [direitos] e formas políticas e outros estímulos pessoais ou públicos». Roma também nesse aspecto constitui a grande mestra na acção!

Mais uma vez — e igualmente esta atitude é de mui grande louvor — os editores optaram por incluir no volume contribuições de autores das mais diversas proveniências, com a mais ampla liberdade de abordar o tema de ângulos diversificados, em clima de mui saudável interdisciplinaridade, pois temos abordagens que vão desde a Arqueologia, a Linguística, a Epigrafia, a Numismática, a História propriamente dita e, até, o Direito!

Fastidioso seria analisar — mesmo que mui sinteticamente — os 15 contributos publicados. Permita-se que me limite a breves alusões, passíveis, em meu entender, de dar logo conta da importância do conteúdo expandido.

Gonzalo Cruz Andreotti, da Universidade de Málaga, esclarece (p. 15-28) o modo como o geógrafo Estrabão viu o processo da implantação romana. Escreveu a sua *Geografia*, como se sabe, no contexto da *Pax Augusta* e, por isso, não é de admirar que diga: Iberos e Celtiberos já vestem à maneira romana, são ‘togados’.

F. Wulff Alonso, também da Universidade de Málaga, mostra (p. 31-57) como, na *Hispania*, se revela o ‘insidioso efeito da paz’, que se me afigura passível de resumir-se numa das suas frases do final: “Roma segue, o ouro das minas continua a fluir, os soldados auxiliares da zona vão-se dispersando pela ecumene e a paz continua mudando e integrando” (p. 54).

Dolores Dopico (da Universidade de Santiago de Compostela), Juan Santos Yanguas (da Universidade do País Basco) e Armando Redentor (Universidade de Coimbra) centram-se (p. 59-80) na análise de formas de integração “não violenta” no Noroeste hispânico: uma ‘política de Estado’, o uso das elites locais como instrumento de transformação e o contributo dado pela onomástica constituem os três tópicos abordados.

Sabine Lefebvre (Universidade de Bourgogne-Europe), que recentemente se tem voltado para o estudo da África Romana, aduz (p. 83-101) exemplos de precoce adesão à ‘romanidade’ por parte das populações conquistadas, exemplos que colheu nos *corpora* epigráficos, nomeadamente de *Volubilis* e *Lepcis Magna*. Tal se evidencia, por exemplo, na imitação da denominação das cidades romanas, na adopção das instituições romanas, na criação de um enquadramento urbanístico de tipo romano.

Dois investigadores da Universidade Ca’Foscari, de Veneza, com muito ampla bibliografia (p. 122-129), Lorenzo Calvelli e Giovannella Cresci Marron, colheram vestígios dessa ‘romanização’ não coerciva na documentação epigráfica de *Venetia* (p. 103-129): monumentos em que há, a par, designações vénetas e latinas; as dificuldades epigraficamente sentidas no reconhecimento étnico; o bilinguismo; a coexistência de divindades; enfim, “mecanismos de interacção que determinaram a passagem das realidades indígenas ao mundo romano” (p. 121).

Anna Marinetti e Luca Rigobianco, também da mesma universidade de Veneza, perguntam, por seu turno (p. 131-157), se a afinidade entre Vénetos e romanos já vem de longa data. A sua resposta é afirmativa: a língua, pelo que as inscrições podem confirmar, sofreu uma transição sem qualquer espécie de conflito: a transformação indígena decorreu com a mais ampla serenidade.

Já Tomaso M. Luchelli, igualmente da Ca’Foscari, mostra, no que às amoedações diz respeito, haver transformações (p. 159-170): após a conquista, as moedas passaram a ter novas funções e significados: “A transformação das produções monetárias não-romanas resultou, verosimilmente, da necessidade de adaptação a novas situações, sem, no entanto, qualquer influência coerciva”.

Michel Tarpin (Universidade de Grenoble Alpes) dissertou, por sua vez, acerca do vocábulo *castellum*, na literatura geográfica latina e a sua tradução grega (p. 173-194). Sabemos quanto o significado da palavra provocou discussão na história da Hispânia, nomeadamente em relação à Galícia e à Lusitânia. Michel Tarpin sublinha a função onomástica do vocábulo e compara o seu uso ao da palavra *fora* a identificar aglomerados populacionais da península itálica, “que conservaram essa designação mesmo após serem municípios” (p. 190).

Francisco Folgueira Ríos (Universidade de Santiago) e Manuela Martins (Universidade do Minho) preferiram abordar o papel que teve a cidade de *Lucus Augusti* como elemento da transformação do território e das comunidades indígenas que o habitaram, no decurso da primeira metade do século I d. C. (p. 197-225). Opinam que, não estando o mundo “rural” do Noroeste hispânico isolado das cidades, mas sim bem relacionado com elas, foi a própria população indígena — não desprovida de algum ‘arcaísmo’ — que operou a transformação dentro do novo contexto da dominação romana (p. 220).

Muito diferente constituiu a perspectiva de análise assumida por dois investigadores da Universidade de Santiago: Manuel Villanueva Acuña e Patricia A. Argüelhas Álvarez (p. 227-247): que papel terá exercido a rede viária e o povoamento para a reestruturação das comunidades galaico-romanas? Acentuam, por exemplo, que — pese muito embora que ainda haja investigação por fazer — também os núcleos de menor população não devem ser esquecidos, quer “pelas suas funções comerciais, mineiras, pesqueiras, agrícolas, quer pelo seu protourbanismo romanizado” (p. 242).

Da universidade de La Sapienza, de Roma, chega-nos o contributo de David Nonnis e Maria Cristina Biella (p. 249-279), centrado na colónia de *Alba Fucens*, cujo panorama cultural e vida religiosa analisam “desde os Équos à colónia latina”. Cito, em jeito de conclusão, apresentada a partir dos dados epigráficos: “A língua, as fórmulas, a terminologia introduzidas pelos recém-chegados são também apropriadas pela componente indígena da população” (p. 270).

Ignasi Grau Mira, da Universidade de Alicante, mostra como a transformação de santuários e lugares de culto durante a dominação romana muito contribuiu para a agregação social e a participação comunitária, na área oriental da Ibéria (p. 281-301). Refere, por exemplo, que a participação da população em rituais (como oferendas e práticas de comensalidade) fomentou a criação da comunidade, não havendo sinal de qualquer dominação coerciva aquando das chegadas dos Romanos.

Também nesse âmbito religioso se situa a contribuição de Romero Dell'Era (Universidades de Lausanne e Sapienza), quando, ao analisar as inscrições sacras da época imperial da área alpina central (p. 313-321), ‘sente’ que indígenas e romanos se entenderam bem, ainda que a época romana haja contribuído para emprestar nova roupagem às divindades indígenas, mais “adaptadas às características dos locais, às exigências e aos hábitos dos homens e mulheres que ali habitavam” (p. 303), mormente a nível da tipologia dos monumentos e do formulário usado.

Estíbaliz Ortiz-de-Urbina Álava, da Universidade do País Basco, debruçou-se (p. 323-357) sobre o papel das actuações imperiais (nomeadamente invocando as suas ‘virtudes’), no quadro cronológico do Alto Império na Hispânia: “Territórios cívicos *ex auctoritate Caesaris*”, “Comunidades cívicas e magistrados *ex beneficio imperatoris*” e “*Res Publica ex/cum indulgentia imperatoris*” são as três partes do seu contributo — actuações, conclui, que “incentivaram a comunicação entre o imperador e as *civitates* hispanas e os seus representantes institucionais ou os colectivos cívicos, os quais dão mostras da sua lealdade ao *princeps*” (p. 352).

O rol das comunicações apresentadas na reunião científica celebrada em Lugo no mês de Junho de 2024, de que este volume se faz eco, termina com a análise do contingente da Guarda Pretoriana nos séculos I e II d. C., feita por John R. Parterson, da Universidade de Cambridge (p. 359-377). Valerá a pena reler este texto, porquanto revela, por exemplo, a existência de significativas tensões entre o prestígio associado ao serviço na Guarda Pretoriana e as condições físicas e sociais em que esse desempenho era exercido. Vivendo no quartel, não podiam casar; se morressem, as cerimónias fúnebres eram modestas e organizadas pelos colegas; se conseguiam resistir aos 16 anos de serviço, a possibilidade de promoção social dependia dos ‘conhecimentos’ que já tivessem adquirido...

No final do volume, vem o rol dos resumos e das palavras-chave.

Ainda que me haja cingido a dar muito pálida ideia de cada contributo, só a sua enumeração, creio, seria bastante para aquilatar do elevado interesse histórico do volume. A justificar o maior aplauso aos editores!